



### **PARECER JURÍDICO**

**Projeto de Lei nº 34/2022**

**Autor(a): Vereador José Antonio Rodrigues**

**Assunto: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da empresa detentora de infraestrutura de postes e demais empresas ocupantes de sua infraestrutura a se restringir à ocupação do espaço público dentro do que estabelecem as normas técnicas aplicáveis e promover a regularização e a retirada dos fios inutilizados em vias públicas de Cordeirópolis e dá outras providências".**

### **1. RELATÓRIO**

---

Pretende o nobre Vereador proponente do projeto de lei instituir no Município de Cordeirópolis a obrigatoriedade de empresa detentora de infraestrutura de postes e demais empresas ocupantes de infraestrutura a se restringir à ocupação do espaço público, dentro de normas aplicáveis e promover a retirada de fios inutilizados nas vias públicas do município.

Justifica em sua exposição de motivos, que o projeto visa eliminar e reduzir sério problema que ocorre em Cordeirópolis, com o abandono de fiação por empresas de energia, telefonia, TV a cabo, internet em postes dentre outros serviços a disponibilidade da população.

É o breve introito.

### **2. ANÁLISE JURÍDICA**

---

#### **2.1. Exame de Admissibilidade**



Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, **indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;**

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso; (grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo reparo.

## 2.2. Da iniciativa legislativa



Destarte a constitucionalidade de iniciativa do Nobre Vereador, eis que não previsto nas hipóteses do art. 61 da Constituição Federal, eis que a matéria não é reservada do Poder Executivo, do presente projeto.

Portanto, o projeto é legal, constitucional e o Vereador é competente para a sua propositura.

No entanto, há de se frisar a Lei nº 9.427/96, lei de instituição da ANEEL, a qual disciplinou ainda o regime de concessões que são outorgadas pela União, assim, é necessário considerar que o município é incompetente para interferir nos referidos contratos, não podendo impor obrigações às empresas contratadas.

Visto que, já constitui obrigação da concessionária observar o correto uso do espaço público, de forma ordenada e dentro das normas técnicas, em não comprometer a segurança.

Portanto, fica a cargo dos nobre Vereadores a conveniência e oportunidade, eis que de interesse local, e se atenderem as condições necessárias não há óbice para a sua tramitação.

Quanto ao mérito da propositura, cabe tão somente aos vereadores, no exercício da função legislativa, ponderar pela adequação da medida em face dos interesses públicos, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Cumpra esclarecer, conclusivamente, que todo o exposto se trata de parecer opinativo, ou seja, tem caráter unicamente técnico-opinativo. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

*“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do*



*juízo, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." in Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)*

O Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua incontestável obra "Direito Administrativo Brasileiro", Editora Malheiros, ensina que:

*"O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação por quem o solicitou".*

### 3. CONCLUSÃO

---

Nesse sentido, feita as considerações, o projeto deve ser encaminhado às Comissões permanentes de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento e Serviços Públicos, para emissão de parecer, e, se o caso aprovado nas Comissões, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

É o entendimento, s.m.j.

Cordeirópolis/SP, 20 de junho de 2022.

**Gleicy Kelli Zaniboni Marques da Silva**  
Diretora Jurídica